

Barbosa e Hauly firmam compromisso com o SINDSERV



Os dois candidatos que disputarão o novo 2º turno das eleições de Londrina atenderam ao chamado da direção do SINDSERV e decidiram divulgar aos servidores municipais os principais pontos de programa para a categoria. Homero Barbosa Neto e Luis Carlos Hauly receberam uma lista com dez tópicos de interesse geral dos servidores para serem respondidos.

Ambos candidatos receberam e responderam as perguntas elaboradas pela direção do SINDSERV e elogiaram a iniciativa do Sindicato mostrando assim que pretendem continuar o diálogo entre poder executivo e o legítimo representante dos servidores municipais assim como a administração do prefeito interino José Roque Neto, passando de vez uma borracha nos oito longos anos

de intransigência da administração petista de Nedson Micheleti.

As perguntas e as respostas estão publicadas nesta edição do Jornal do Sindserv, uma edição muito especial que todo o servidor deve guardar para cobrar futuramente os compromissos aqui assumidos.

O SINDSERV mais uma vez cumpre aqui seu papel em defesa dos interesses dos servidores municipais. A direção do Sindicato entende que o servidor deva ir para o local de votação esclarecido sobre as propostas que o futuro prefeito pretende colocar em prática depois de eleito. Ao servidor fica a certeza de poder contar com esta direção para que as promessas do candidato saiam do papel depois de eleito.

01) As perdas salariais dos servidores municipais estão hoje próximas a 40%. Qual o cronograma que o senhor pretende adotar para zerar essas perdas salariais?



BARBOSA - O meu objetivo é zerar as perdas salariais na minha administração. Para isso, será indispensável ampla parceria com os servidores, que permita ao município reduzir o custeio e aumentar a arrecadação, sem implicar em reajuste de impostos. A folha de pagamento da prefeitura, em 2008, atingiu 48% da Receita Corrente Líquida. Com novas contratações de concursados, a prefeitura passou a investir 50% da receita. O limite imposto pela Lei de Responsabilidade Fiscal é de 54%. E, quando os executivos municipais atingem 51,3% desse teto, o Tribunal de Contas do Estado emite sinal de alerta às prefeituras. Tais regras, aliadas à escassez de recursos, barram soluções que poderiam simplificar a solução dessa reivindicação. Aos servidores, garantirei a reposição anual da inflação. Já os índices não repassados por administrações anteriores, serão negociados com o Sindicato e repostos, dentro dos limites da

lei e da disponibilidade de recursos.

Vale ressaltar, ainda, a disposição de discutirmos com o Sindserv a progressão, por merecimento, do PCCS, que atinge 50% do funcionalismo, com custo previsto em torno de 2,35 da RCL.



HAULY - Conforme já afirmado por várias vezes no decorrer da campanha eleitoral em 2008, meu compromisso com o servidor foi firmado antes das eleições e continua mantido.

Inicialmente, iremos instituir através de lei, o mês de fevereiro como data base dos servidores. As reposições de perdas anuais – inflação – serão automaticamente creditadas aos salários dos servidores nos meses de fevereiro de cada ano. Tal reposição é direito do servidor e dever do Prefeito em conceder.

Com relação as perdas acumuladas durante a administração anterior faremos a reposição de 25% das perdas no transcorrer do primeiro ano de governo. Em setembro quando houver a previsão da arrecadação será convocado o Sindserv, bem como a Comissão Permanente de Negociação para acordarmos o segundo ano, e assim sucessivamente. Vou zerar as perdas acumuladas dentro de minha administração.

EDITORIAL

Um novo momento para pensar

Como sempre a atual direção do SINDSERV procura levar a todos os servidores municipais o maior número de informações possíveis sobre os assuntos relevantes para a categoria. Informações que devem servir de subsídios para que o servidor possa analisar, refletir e com a maior tranquilidade e certeza tomar sua decisão.

Este momento é de dupla importância para o servidor público municipal de Londrina, porque além do prefeito de nossa cidade temos a oportunidade de escolher nosso futuro "PATRÃO" pelos próximos quatro anos.

Acreditamos que esta edição seja uma carta de compromissos assumidos pelo futuro prefeito, no qual iremos creditar confiança, esperança e respeito. Com esta atitude, procuramos apagar de uma vez por todas o fantasma da intolerância e intransigência vividos no passado.

Durante o governo interino do prefeito Roque Neto, demonstramos nossa capacidade de diálogo e busca de soluções para os problemas que afetam a categoria, pois encontramos as portas abertas para o diálogo franco e honesto por parte destes administradores.

Que o próximo prefeito analise este período e entenda que o caminho do diálogo é o caminho buscado pela direção do SINDSERV e dos servidores para uma convivência pacífica e harmoniosa.

Desejamos aos candidatos uma boa campanha e ao futuro prefeito muita disposição para governar nossa querida cidade com justiça e paz.

Marcelo Urbaneja
Presidente do SINDSERV-LD



02) Quais são os setores e serviços terceirizados atualmente que o senhor pretende rever? Quais as providências a serem tomadas?



BARBOSA - Muitos terceirizados trabalham em atividades essenciais. Portanto, são imprescindíveis para vários programas, como o combate à dengue, serviços gerais, etc., executados quase que exclusivamente por eles. Até mesmo para a valorização e proteção dos terceirizados, pretendo fazer rigorosa revisão dos vários contratos, exatamente para se saber se os valores repassados aos empregados são justos, se as empresas não estão beneficiando-se da maior parte e se nenhum recurso está sendo desviado no meio do caminho.



HAULY - Meu compromisso é a valorização do servidor público. Os serviços terceirizados se proliferaram na Prefeitura durante os últimos 8 anos. Temos a convicção de que muitos dos serviços terceirizados podem e serão realizados por servidores municipais com maior eficiência e economia.

Todos os contratos serão analisados técnica e juridicamente, e nosso compromisso é substituir gradativamente os terceirizados por servidores públicos concursados, sem que isso prejudique o atendimento à população londrinense e a execução de nosso plano de governo.

03) Ainda hoje os servidores que participaram do movimento reivindicatório de 2006 tem retidos os valores que foram descontados mensalmente até janeiro de 2009, o senhor pretende devolver o que foi retirado do servidor? Quando e como será feita a devolução?



BARBOSA - Entendo a razão da angústia do servidor em relação a esse tema. O atual prefeito já suspendeu os descontos. Além do mais, corre na justiça local ação proposta pelo Sindicato, pedindo a suspensão do débito dos valores. Como a justiça determinou o depósito em conta separada, a devolução dessas importâncias poderá ser feita por acordo no processo, respeitando-se a legislação e os interesses dos servidores e do município.



HAULY - Afirmei ainda no primeiro turno, e depois neste mesmo jornal quando da eleição do segundo turno que iria suspender imediatamente o desconto que estava sendo efetuado no salário dos servidores. A Gestão Interina encampou nossa idéia e já acabou com os descontos. O servidor público estava buscando seu direito legítimo de reivindicar as melhorias no serviço público quando realizou a greve. O dinheiro descontado será integralmente devolvido com as correções estabelecidas em lei. O decreto será assinado tão logo tome posse na Prefeitura e a devolução integral será feita de forma imediata.

04) O senhor pretende revisar ou suspender o atual PCCS (Plano de Cargos, Carreiras e Salários)? Quais os pontos que o senhor considera urgente?



BARBOSA - O PCCS é dinâmico, assim como as necessidades da população e as ações da administração. O Sindserv e a categoria serão ouvidos para a discussão das necessárias e possíveis alterações. É evidente que a permanente evolução do sistema administrativo impõe avanços nos planos do conjunto laborativo.



HAULY - O PCCS, como se sabe, privilegiou imensamente algumas categorias de servidores em detrimento da maioria. Essa injustiça será corrigida. Foram inúmeras alterações feitas na lei e novas modificações precisam ser feitas. Nosso compromisso é iniciar imediatamente a discussão com a categoria através do Sindicato dos Servidores para que

possamos fazer as alterações que se fizerem necessárias. A revisão de todo PCCS é imperativa para motivar, valorizar e terminar com as injustiças cometidas.

O servidor que não teve a promoção merecida, no nosso governo, será valorizado.

05) Quanto ao artigo 8º do decreto nº 87 de 26 de janeiro de 2009, que institui as medidas punitivas ao PRODAP, qual será sua atitude quanto a esta situação?



BARBOSA - Normas que generalizam situações punitivas não acrescentam nada nas relações de trabalho. O PRODAP deve ser reavaliado e aplicado com sabedoria e equidade, tal como os mestres ensinam seus alunos. Tenho ciência que o programa acrescenta R\$ 650.000,00 por mês para a qualificação dos professores municipais.



HAULY – As medidas punitivas no PRODAP serão revistas, e retiradas. Não posso admitir que uma professora em licença médica ou licença maternidade perca o PRODAP. A licença maternidade e a licença médica são direitos dos servidores e não podem ser motivo para a perda do PRODAP.

Ele deve ser ampliado, com o mínimo de restrições possíveis, pois o professor constrói seu conhecimento dia após dia, e merece todo nosso respeito e reconhecimento.

Então o PRODAP será mantido e melhorado em minha administração.

06) Qual sua proposta para reverter a difícil situação em que se encontra a CAAPSML PREVIDÊNCIA?



BARBOSA - A prefeitura deve à Caapsml R\$ 200 milhões de reais, que estão sendo pagos. Mas o aumento da receita, para a busca do equilíbrio atuarial, depende do ingresso de novos servidores contribuintes. Na minha administração, a Caapsml terá a atenção que se deve à previdência dos servidores municipais.



HAULY – Não só a CAAPSML PREVIDÊNCIA como também o PLANO DE SAÚDE DA CAAPSML. O Plano de Saúde da Caapsml sempre foi referência nacional, e na minha administração voltará a ser. O Plano de Previdência tem que ser administrado com competência, iremos realizar um estudo detalhado

da situação financeira da CAAPSML. E, em conjunto com os servidores, o SINDSERV, os Conselheiros Administrativos e Fiscal, e a Associação dos Aposentados encontrar as alternativas para que a CAAPSML atenda a todos os servidores, em especial na aposentadoria.

07) Sabemos que há carência de pessoal em todos os setores da prefeitura. Qual sua proposta para a realização de concursos públicos para contratação de novos servidores?



BARBOSA - Os concursos públicos nas áreas da saúde e educação ocorrerão em breve, para atender à demanda dos novos Postos 24 Horas, da Escola Integral e da otimização da estrutura administrativa dessas áreas, respeitando-se, naturalmente, os limites legais. Creio que esses novos servidores, com suas contribuições, vão ajudar a reforçar o caixa da Caapsml.



HAULY – Os concursos públicos serão uma constante durante minha administração. É imprescindível termos concurso com muita transparência, para que na medida do necessário, as contratações, sejam feitas para substituir serviços terceirizados, melhorar o atendimento ou substituir servidores aposentados.

Sempre com transparência e lisura. Meu principal compromisso, como já disse, é a valorização do servidor público. Há setores

que precisam de valorização imediata tais como a Medicina do Trabalho, Motoristas, Obras, e setores que necessitam de concurso público.

08) Como o senhor pretende calcular o valor da insalubridade para o servidor municipal, já que desde 2008, o salário mínimo deixou de ser um indexador?



BARBOSA - Em decorrência de decisão do Supremo Tribunal Federal, só há uma possibilidade a ser seguida: encontrar, em consenso com a categoria, o indexador que represente a justa compensação para o servidor que trabalha em condições insalubres. A meu ver, esse é o melhor caminho.



HAULY – Foi o SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL que determinou sobre o salário mínimo não servir de índice de indexação, assim, pretendo juntamente com o Sindicato e os servidores discutir um novo valor de referencia em substituição ao salário mínimo já no começo da nossa Administração. Tal valor será fixado por lei municipal como garantia ao servidor público.

09) O senhor pretende voltar a pagar o auxílio-alimentação para os servidores atualmente aposentados? Quando?



BARBOSA - O servidor só agrega à aposentadoria os valores pelos quais tenha contribuído, o que não é caso do auxílio-alimentação. Para contornar esse impedimento legal, a administração poderia propor, por exemplo, um abono que, pela legislação, uma vez instituído, seria estendido também aos inativos. Na prática, restaria mantida a diferença entre os ativos e os inativos. A solução para a correção dessa injustiça é complexa. Por isso, pretendo deflagrar profunda análise da questão entre especialistas da Procuradoria do Município e a categoria. A minha administração não ficará omissa.



HAULY – Mantenho o compromisso de pagar um abono aos servidores aposentados referente ao valor do auxílio alimentação, com recursos do Município. Tal medida é o reconhecimento a estes servidores que tanto trabalharam para o Município de Londrina. Tal medida será tomada imediatamente, assim que tomar posse.

10) O senhor pretende voltar a pagar o vale-transporte intermunicipal aos servidores que deixaram de receber?



BARBOSA - A solução para o vale-transporte intermunicipal só virá com a efetiva implementação da Região Metropolitana de Londrina, que permitirá a integração do transporte coletivo dos municípios que compõem essa área. Todas as medidas destinadas a viabilizar esse importante benefício, no menor tempo possível, terão o meu apoio.



HAULY – Uma das maiores injustiças com os servidores públicos foi o cancelamento do vale-transporte intermunicipal. Assim que tomar posse vou chamar o Sindicato e os servidores para retomar o pagamento do vale transporte.

Estas são as respostas dos candidatos ao SINDSERV, assumindo perante todos os servidores o compromisso de fazer cumprir o que foi respondido nestas páginas.

O SINDSERV juntamente com os 7.000 servidores que receberam este jornal cobraram do nosso futuro "patrão".

SINDSERV e líder do prefeito na Câmara estudam o fim dos artigos punitivos do PRODAP

O que era para ser um benefício e instrumento de grande avanço de formação continuada para o professor, proposto por mãos erradas e com intenções obscuras, vem se tornando um verdadeiro instrumento de repressão aos professores da rede pública municipal.

O SINDSERV sempre defendeu projetos e programas que contemplassem a formação continuada do professor, sendo contrário apenas quanto à utilização política desses projetos.

Foi o que aconteceu nos últimos anos com o PRODAP. Tentaram utilizar tal projeto para desestimular os professores a aderirem à paralisação do ano de 2006, incluindo no parágrafo único do artigo oitavo do decreto que regulamenta o PRODAP, a suspensão imediata do benefício em caso de falta injustificada pelo servidor, leia-se: faltar para participar de protestos e paralisações contra a administração.

Outro grande problema negligenciado pela administração foram as condições de trabalho insalubres que vivem os profissionais da educação, acarretando num grande número de atestados médicos entre estes servidores.

A solução encontrada pela administração foi o de suspender o benefício caso o professor ficasse doente.

Esta postura ditatorial e repressora ficou expressa nos itens do artigo oitavo do decreto

que regulamenta o PRODAP.

Vamos entender melhor: o professor que hoje tem quase 40% de seu salário furtado pela administração passada, assume um compromisso financeiro ao se matricular em um curso de Pós Graduação, adquirir um equipamento de informática ou

qualquer outro produto conforme determina a lei do PRODAP, e neste período é acometido por uma enfermidade contagiosa necessitando afastar-se de seu trabalho, não exclusivamente para tratar de sua saúde, mas para evitar o mal a saúde de terceiros, ocorre que o mesmo é punido e perde o benefício.

Depois de anos de trabalho o professor descobre possuir uma LER ou DORT e se vê obrigado a fazer um tratamento de saúde por um determinado período e mesmo assim perde o benefício anteriormente concedido.

Se perder algum ente da família e permanecer afastado os sete dias de resguardo, conforme prevê o Estatuto do



Vereador Roni e Marcelo Urbaneja discutindo problemas no PRODAP

Servidor, o professor perde o benefício. A propósito, até a licença maternidade é motivo para perder o PRODAP, cerceando a mulher ao direito mais sagrado que é o de ser mãe.

Foi atendendo a centenas de servidores desrespeitados por estes absurdos que o SINDSERV vem de forma constante buscando a extinção dos artigos punitivos do PRODAP, em especial o artigo oitavo do referido decreto, atuando junto às pessoas do vereador Roni, do secretário de governo Tercílio Turini e do prefeito Roque Neto que já demonstraram, com a assinatura do Decreto 70 (suspensão dos descontos dos dias parados da greve de 2006), grande sensibilidade às injustiças que afetam o servidor.

**POSTOS
CARAJÁS**
Desde 1980

Av. Rio de Janeiro, 1111
Av. Dez de Dezembro, 1897
Av. Maringá, 277

Fone: 3329-1545

ABASTEÇA COM OS MELHORES PREÇOS
Faça a troca de óleo e filtro do seu carro
e ganhe 5% de desconto!

Aceitamos o cartão Coopercred